



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

TERMO DE REFERÊNCIA

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS/SE

ORGÃOS PARTICIPANTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS

**1. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO
(art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).**

A presente contratação tem por finalidade atender às necessidades das Secretarias Municipais, mediante a aquisição de pneus novos, câmaras de ar e protetores, destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota oficial de veículos pertencentes ao Município, utilizada na execução contínua dos serviços públicos essenciais.

A frota municipal é composta por veículos leves, utilitários, motocicletas, ambulâncias, ônibus escolares, micro-ônibus, máquinas e equipamentos, empregados diariamente no atendimento das demandas administrativas e operacionais das diversas Secretarias, especialmente nas áreas de saúde, educação, assistência social, infraestrutura, agricultura, transporte e serviços urbanos.

A aquisição dos pneus mostra-se indispensável para garantir condições adequadas de trafegabilidade, segurança, eficiência e continuidade dos serviços públicos prestados à população, considerando o desgaste natural decorrente da utilização contínua dos veículos em deslocamentos urbanos e rurais, muitas vezes em vias não pavimentadas e em condições severas de uso.

Ressalta-se que pneus desgastados comprometem diretamente a segurança dos condutores, passageiros e usuários dos serviços públicos, aumentando os riscos de acidentes, consumo excessivo de combustível, danos mecânicos e paralisação da frota, ocasionando prejuízos ao interesse público e à continuidade das atividades administrativas e operacionais do Município.

A contratação também se justifica pela necessidade de manutenção preventiva da frota, buscando reduzir custos com reparos mecânicos decorrentes do uso inadequado de pneus sem condições de utilização, bem como assegurar maior vida útil aos veículos pertencentes às Secretarias Municipais.

Destaca-se ainda que a utilização do Sistema de Registro de Preços, na modalidade Pregão Eletrônico, mostra-se a solução mais vantajosa para a Administração Pública, por permitir aquisições futuras e parceladas, conforme a necessidade de cada Secretaria, proporcionando economicidade, eficiência administrativa, padronização dos itens, maior competitividade entre os fornecedores e melhor gerenciamento dos recursos públicos.

Dessa forma, a realização do procedimento licitatório visa garantir o pleno funcionamento da frota municipal, assegurando a continuidade dos serviços públicos essenciais desenvolvidos



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

pelas Secretarias Municipais, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.

2. DO OBJETO

2.1. PREGÃO ELETRÔNICO, DO TIPO REGISTRO DE PREÇOS CONSIGNADO EM ATA PELO PERÍODO DE 12(DOZE) MESES PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Pedrinhas, tendo como partícipes o Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Saúde de Pedrinhas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	CAMARA DE AR REFERÊNCIA 175/70 R14 NOVA PRIMEIRA LINHA COM CERTIFICADO DO INMETRO	UND	36	57,60	2.073,60
2	PNEU 175/70 R14: PNEU NOVO, PRIMEIRA LINHA COM CERTIFICADO DO INMETRO, NÃO RECAUCHUTADO. O ITEM DEVERÁ SEGUIR AS NORMAS DA ABNT.	UND	60	551,67	33.100,20
3	PROTETOR ARO 16, NOVO, DE 1ª LINHA, NÃO RECAUCHUTADO, COM CERTIFICADO DO INMETRO	UND	34	96,59	3.284,06
4	CAMARA DE AR REFERÊNCIA 215/75 R17.5 NOVA, PRIMEIRA LINHA COM CERTIFICADO DO INMETRO	UND	28	231,93	6.494,04
5	CAMARA DE AR REFERÊNCIA 275/80 R22.5 NOVA PRIMEIRA LINHA COM CERTIFICADO DO INMETRO	UND	20	129,00	2.580,00
6	PNEU 275/80 R22.5 PNEU NOVO, PRIMEIRA LINHA COM CERTIFICADO DO INMETRO, NÃO RECAUCHUTADO. O ITEM DEVERÁ SEGUIR AS NORMAS DA ABNT.	UND	56	2.822,09	158.037,04



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

7	PNEU 215/75 R17.5 PNEU NOVO, PRIMEIRA LINHA COM CERTIFICADO DO INMETRO, NÃO RECAUCHUTADO. O ITEM DEVERÁ SEGUIR AS NORMAS DA ABNT.	UND	50	951,00	47.550,00
8	PNEU 155R12 88 COM 8 LONAS - PNEU NOVO, PRIMEIRA LINHA COM CERTIFICADO DO INMETRO, NÃO RECAUCHUTADO. O ITEM DEVERÁ SEGUIR AS NORMAS DA ABNT.	UND	4	326,02	1.304,08
9	PNEU 295/80 R22.5 PNEU NOVO, PRIMEIRA LINHA COM CERTIFICADO DO INMETRO, NÃO RECAUCHUTADO. O ITEM DEVERÁ SEGUIR AS NORMAS DA ABNT.	UND	18	3.066,67	55.200,06
10	PNEU 3.25/16 DIANTEIRO PNEU NOVO, PRIMEIRA LINHA COM CERTIFICADO DO INMETRO, NÃO RECAUCHUTADO. O ITEM DEVERÁ SEGUIR AS NORMAS DA ABNT.	UND	2	327,80	655,60
11	PROTETOR ARO 24, NOVO, DE 1ª LINHA, NÃO RECAUCHUTADO, COM CERTIFICADO DO INMETRO	UND	12	130,17	1.562,04
12	CÂMARA DE AR 12.5/80-18, NOVA, PRIMEIRA LINHA COM CERTIFICADO DO INMETRO	UND	4	227,51	910,04
13	CÂMARA DE AR 14.00-24, NOVA, PRIMEIRA LINHA COM CERTIFICADO DO INMETRO	UND	4	443,00	1.772,00
14	CÂMARA DE AR 17.5-25, NOVA, PRIMEIRA LINHA COM CERTIFICADO DO INMETRO	UND	4	394,58	1.578,32
15	CÂMARA DE AR 18,4-30 NOVA, PRIMEIRA LINHA COM CERTIFICADO DO INMETRO	UND	4	479,22	1.916,88



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

16	CÂMARA DE AR 18.4-34, NOVA, PRIMEIRA LINHA COM CERTIFICADO DO INMETRO	UND	4	501,33	2.005,32
17	PNEU 12.4/24 DIANTEIRO (12 LONAS) DE PRIMEIRA LINHA ORIGINAL, NOVO, PARA TRATOR, NÃO RECAUCHUTADO, NÃO REFORMADO, NÃO RECAPADO, NÃO REMOLDADO, ESTRUTURA REFORÇADA, MONTAGEM SEM CÂMARA DE AR, PARA RODAGEM EM PISTA PAVIMENTADA, DEVERA ESTAMPAR NO PNEU A MARCA E O NOME DO FABRICANTE, SELO DE CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, PAIS DE FABRICAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA, TIPO DE CONSTRUÇÃO, NORMAS DE SEGURANÇA DO PNEU, INDICADOR DE DESGASTE E ESTRUTURA DO PNEU, TIPO DO PNEU, PNEU DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT E NBR	UND	8	1.775,67	14.205,36
18	PNEU 12.5/80 10 LONAS DIANTEIRO PNEU NOVO, PRIMEIRA LINHA COM CERTIFICADO DO INMETRO, NÃO RECAUCHUTADO. O ITEM DEVERÁ SEGUIR AS NORMAS DA ABNT.	UND	4	1.986,34	7.945,36
19	PNEU 14.00/24 16 LONAS: PNEU NOVO, PRIMEIRA LINHA COM CERTIFICADO DO INMETRO, NÃO RECAUCHUTADO. O ITEM DEVERÁ SEGUIR AS NORMAS DA ABNT.	UND	8	5.055,67	40.445,36
20	PNEU 17.5/25 TRASEIRO PNEU NOVO, PRIMEIRA LINHA COM CERTIFICADO DO INMETRO, NÃO RECAUCHUTADO. O ITEM DEVERÁ SEGUIR AS NORMAS DA ABNT.	UND	4	2.944,33	11.777,32
21	PNEU 18.4/30 TRASEIRO (12 LONAS) PNEU NOVO, PRIMEIRA LINHA COM CERTIFICADO DO INMETRO, NÃO	UND	4	3.767,86	15.071,44



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

	RECAUCHUTADO. O ITEM DEVERÁ SEGUIR AS NORMAS DA ABNT.				
22	PNEU 18.4/34 TRASEIRO PNEU 18.04/34, 12 LONAS, NOVO, PRIMEIRA LINHA COM CERTIFICADO DO INMETRO, NÃO RECAUCHUTADO. PARA TRATOR NEW HOLLAND (TRASEIRO) - O ITEM DEVERA ATENDER AS NORMAS DA ABNT	UND	4	4.473,69	17.894,76
23	CAMARA DE AR REFERÊNCIA 90/90 R19 NOVA, PRIMEIRA LINHA COM CERTIFICADO DO INMETRO	UND	2	70,33	140,66
24	PNEU 110/90 R17 TRASEIRO PNEU NOVO, PRIMEIRA LINHA COM CERTIFICADO DO INMETRO, NÃO RECAUCHUTADO. O ITEM DEVERÁ SEGUIR AS NORMAS DA ABNT.	UND	2	351,70	703,40
25	PNEU 225/60 R16 PNEU NOVO, PRIMEIRA LINHA COM CERTIFICADO DO INMETRO, NÃO RECAUCHUTADO. O ITEM DEVERÁ SEGUIR AS NORMAS DA ABNT	UND	16	721,32	11.541,12
26	PNEU 90/90 R19 DIANTEIRO PNEU NOVO, PRIMEIRA LINHA COM CERTIFICADO DO INMETRO, NÃO RECAUCHUTADO. O ITEM DEVERÁ SEGUIR AS NORMAS DA ABNT.	UND	2	369,67	739,34
27	PNEU 205/60 R16 PNEU NOVO, PRIMEIRA LINHA COM CERTIFICADO DO INMETRO, NÃO RECAUCHUTADO. O ITEM DEVERÁ SEGUIR AS NORMAS DA ABNT.	UND	24	555,66	13.335,84
28	PNEU 60/100 R17 DIANTEIRO- BIZ PNEU NOVO, PRIMEIRA LINHA COM CERTIFICADO DO INMETRO, NÃO RECAUCHUTADO. O ITEM DEVERÁ SEGUIR AS NORMAS DA ABNT.	UND	2	245,00	490,00



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

29	PNEU 80/100 R14 TRASEIRO – BIZ PNEU NOVO, PRIMEIRA LINHA COM CERTIFICADO DO INMETRO, NÃO RECAUCHUTADO. O ITEM DEVERÁ SEGUIR AS NORMAS DA ABNT.	UND	2	230,33	460,66
Valor da contratação: R\$ 454.773,90 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e setenta e três reais e noventa centavos)					

2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

2.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.3. A presente contratação tem por objeto a aquisição de pneus novos, câmeras de ar e protetores destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota oficial da Administração Pública, visando assegurar condições adequadas de trafegabilidade, segurança, eficiência operacional e continuidade dos serviços públicos prestados no âmbito do Estado de Sergipe. A medida revela-se imprescindível em razão do desgaste natural e contínuo sofrido pelos pneus em decorrência da utilização diária dos veículos oficiais, especialmente considerando as constantes demandas de deslocamento em vias urbanas e rurais, muitas vezes submetidas a condições severas de pavimentação, longas distâncias, elevadas temperaturas e intenso fluxo de tráfego. Tais fatores contribuem diretamente para a redução da vida útil dos pneus, comprometendo a segurança veicular e aumentando os riscos de acidentes, falhas mecânicas e interrupções operacionais.

A manutenção da frota em perfeitas condições de uso constitui dever da Administração Pública, uma vez que os veículos oficiais são instrumentos essenciais para execução das atividades institucionais e atendimento do interesse público, sendo utilizados em serviços administrativos, fiscalização, transporte de servidores, apoio logístico, ações operacionais e demais atividades finalísticas desenvolvidas em todo o território sergipano.

Nesse contexto, a substituição periódica dos pneus configura medida preventiva indispensável para garantir a estabilidade, aderência, dirigibilidade e eficiência dos veículos, evitando desgaste excessivo de componentes mecânicos, aumento no consumo de combustível e elevação dos custos de manutenção corretiva. A não realização da aquisição poderá ocasionar



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

paralisação parcial da frota, comprometimento da continuidade dos serviços públicos e riscos à integridade física de motoristas, passageiros e terceiros.

Importante destacar que a aquisição pretendida encontra respaldo nos princípios constitucionais da legalidade, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e supremacia do interesse público, previstos no art. 37 da Constituição Federal, bem como nas disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere ao planejamento das contratações públicas e à necessidade de manutenção adequada dos bens patrimoniais da Administração.

Sob o aspecto da economicidade, a aquisição preventiva de pneus mostra-se mais vantajosa para a Administração Pública, pois reduz significativamente despesas decorrentes de manutenções emergenciais, danos mecânicos provocados por pneus em condições inadequadas, custos com guinchos, interrupções inesperadas de viagens e eventual indisponibilidade dos veículos. Além disso, pneus em bom estado proporcionam melhor desempenho operacional, maior eficiência no consumo de combustível e ampliação da vida útil da frota.

Ressalta-se ainda que a contratação busca garantir a padronização, qualidade e segurança dos materiais utilizados nos veículos oficiais, observando as especificações técnicas exigidas pelos fabricantes e pelas normas vigentes de segurança e desempenho veicular.

Diante do exposto, verifica-se plenamente justificada a necessidade da aquisição de pneus, câmeras de ar e protetores, considerando tratar-se de medida essencial para assegurar a continuidade dos serviços públicos, a segurança dos usuários, a eficiência administrativa e a adequada conservação do patrimônio público no âmbito do Estado de Sergipe.

3. DA VIGÊNCIA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência inicial de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, conforme facultado pelo art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja prévia manifestação de interesse da Administração e comprovação de que os preços registrados permanecem vantajosos em relação aos praticados no mercado.

3.2. Além da prorrogação do prazo de validade, a Administração poderá promover a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, nos termos do art. 15, inciso IX, do Decreto Federal nº 11.462/2023, o que permite a utilização integral da capacidade de fornecimento pactuada para o novo período de vigência. Esta renovação do saldo não se confunde com os limites de



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

acréscimos e supressões contratuais, tratando-se, em verdade, de uma recomposição do potencial de consumo da ata para atender às necessidades contínuas ou remanescentes do órgão gerenciador e dos órgãos participantes, pois o intuito da norma é conferir celeridade e evitar o desabastecimento de itens essenciais.

3.3. Para que a renovação quantitativa e temporal se efetive, a unidade competente deverá instruir o processo com a devida justificativa técnica, além de demonstrar a manutenção das condições de habilitação do fornecedor e a anuência deste com a continuidade do ajuste, uma vez que a prorrogação é uma faculdade da Administração, mas depende da concordância do beneficiário do registro. Caso ocorra a renovação, os novos quantitativos estarão disponíveis para utilização imediata a partir do início do novo ciclo de vigência, observando-se sempre a disponibilidade orçamentária e o planejamento contido no Documento de Formalização da Demanda (DFD) e no Estudo Técnico Preliminar (ETP) que fundamentaram a contratação original.

4. DAS OBRIGAÇÕES

4.1. DO FORNECEDOR

4.1.1. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, as exigências de habilitação ou condições determinadas no procedimento da licitação que deu origem à mesma, sob pena de sua rescisão e aplicação das penalidades ora previstas;

4.1.2. Entregar os Produtos no órgão solicitado pelo Município de acordo especificação marca e preço registrados e na forma prevista, observando o seguinte:

4.1.2.1. Os bens deverão ser entregues no endereço definido no pedido e autorização de fornecimento, limitando-se a área do município de Pedrinhas/SE. O horário de entrega será nos horários de expediente do órgão contratante, entre 08h e 12h e de 14h as 16h de segunda a sexta-feira, exceto feriados inclusive municipais.

4.1.2.2. Os materiais a partir do momento que forem entregues, deverão conter os prazos de garantia de no mínimo 12 (doze) meses, dada pelo fabricante, conforme as normas do PROCON, e segundo as normas do fabricante, ficando a contratada responsável para acionar a garantia, assim como qualquer eventual despesa, nos casos em que couber sua aplicação.

4.1.3. Alocar todos os recursos necessários para se obter um perfeito fornecimento, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao Município;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

- 4.1.4. Responsabilizar-se por todas as despesas, obrigações e tributos decorrentes do fornecimento, inclusive as de natureza trabalhista, devendo, quando solicitado, fornecer ao Município comprovante de quitação com os órgãos competentes;
- 4.1.5. Responsabilizar-se por eventuais multas, municipais, estaduais e federais, decorrentes de faltas por ela cometidas durante o fornecimento;
- 4.1.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Município;
- 4.1.7. Responsabilizar-se pela obtenção de Alvarás, Licenças ou quaisquer outros termos de autorização que se façam necessários à execução do fornecimento;
- 4.1.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto firmado com o Município, sem prévia e expressa anuência.
- 4.1.9. Não realizar associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem prévia a expressa anuência do Município.
- 4.1.10. Os produtos deverão ser entregues em no máximo 10 (dez) dias consecutivos após a ciência da ordem de fornecimento que será repassado ao Licitante vencedor, observadas as especificidades de entregas dispostas no Termo de Referência e seus respectivos subitens.
- 4.1.11. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE, bem como substituir, sem ônus adicionais, o(s) Produtos cujos padrões de qualidade, segurança e finalidade não se prestem ao seu fim específico.
- 4.1.12. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o(s) Produto(s), cuja qualidade, finalidade, eficácia procedência e eficiência, apresentem qualquer nível de desatendimento ao fim a que se presta, ou suspeita em relação a sua procedência, ou ainda, aquele em que se verificarem vícios, defeitos de fabricação, violação, transporte inadequado, incorreções ou falhas resultantes do fornecimento e fabricação.

4.2. DO ORGÃO

- 4.2.1. Notificar o fornecedor registrado quanto à requisição do produto mediante o envio da nota de empenho, ou ordem de fornecimento a ser repassada via e-mail ou retirada pessoalmente pelo fornecedor sendo que a nota de empenho repassada ao fornecedor poderá equivaler a uma ordem de fornecimento;
- 4.2.2. Permitir ao pessoal do fornecedor o acesso ao local da entrega do objeto, desde que observadas as normas de segurança;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

4.2.3. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do material;

4.2.4. Efetuar os pagamentos devidos observadas as condições estabelecidas;

4.2.5. Receber os Produtos entregues pela CONTRATADA, desde que estejam em conformidade com as especificações registradas.

4.2.6. Devolver com a devida justificativa, qualquer material entregue fora dos padrões e normas constantes do Edital e seus anexos.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

5.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’, da Lei nº 14.133/21)

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

7. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

7.1. Não haverá exigência de garantia contratual

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

8.3. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelos gestores e fiscais designados, ou por seus respectivos substitutos, conforme estabelecido no art. 117, caput, da



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Lei nº 14.133/2021. As informações relativas aos gestores e fiscais responsáveis estão detalhadas nos Documentos de Formalização de Demanda (DFD) pertinentes.

8.3.1. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

8.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

8.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

8.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

8.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

8.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

8.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

9.1.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será indicada para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, conforme disposto no Art. 17 do Decreto Federal 11.462, de 31 de março de 2023.

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, conforme o caso e aplicação.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

10. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

10.1. A execução contratual obedecerá às disposições da Lei nº 14.133/2021, ao edital, ao Termo de Referência e ao contrato firmado.

10.2. O fornecimento dos materiais será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração e mediante ordem de fornecimento, durante a vigência contratual.

10.3. Os produtos deverão ser preferencialmente de origem nacional ou com equivalência em qualidade e durabilidade para uso nas estradas brasileiras, não sendo admitido o fornecimento de pneus recauchutados, recondicionados ou reconstruídos, ainda que com garantias. Todo produto deve ser novo, de primeiro uso, e possuir certificação de conformidade emitida pelo Instituto de Qualidade Automotiva (IQA) ou por qualquer outro Organismo de Certificação de Produto (OCP) acreditado pelo INMETRO, sendo suficiente, para fins desta exigência, a apresentação do selo de conformidade do INMETRO.

10.4. A empresa contratada deverá confirmar o recebimento da ordem de fornecimento em até um dia útil, garantindo que os prazos sejam cumpridos conforme o planejamento do município.

10.4.1. O não cumprimento do prazo ou das condições de entrega poderá acarretar a aplicação de penalidades previstas no contrato.

10.5. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias consecutivos após ciência da autorização de fornecimento. Não havendo tal comunicação, comprovada de impedimento de fornecimento no prazo estipulado, a Contratante poderá abrir processo de advertência e penalidade nos casos de atraso nas entregas.

10.6. As entregas ocorrerão nos locais, dias e horários definidos pela Administração, dentro do prazo estabelecido após a emissão da ordem de fornecimento.

10.7. O recebimento será provisório, para conferência quantitativa, e definitivo, após verificação da conformidade e qualidade dos produtos. Itens em desacordo deverão ser substituídos pela contratada, sem ônus adicional.

10.8. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor designado, responsável por verificar o cumprimento das obrigações, atestar as notas fiscais e registrar eventuais irregularidades.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

10.9. O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo dos produtos, mediante apresentação de nota fiscal atestada, observados os prazos legais.

10.8. O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada às sanções previstas na legislação vigente, podendo o contrato ser extinto nas hipóteses legais.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO
--

11.1. FISCALIZAÇÃO

11.1.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

11.1.3. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

11.1.4. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa.

11.2. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

11.2.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

11.2.4. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

11.2.5. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

11.2.6. Será retida uma taxa administrativa de contratos referente ao fornecimento de produtos ou serviços com a alíquota **de 2,0% (dois por cento)** aos contratos, valor efetivo, incidindo na fonte sobre os pagamentos a partir do primeiro mês de execução conforme art. 7º, inciso II, da Lei Municipal nº 149/2015, de 15 de junho de 2015.

11.2.7. A taxa não incide quando o valor mensal é inferior ao salário mínimo.

11.2.8. A taxa será calculada em função do valor do contrato mensal.

11.2.9. Será realizada a retenção na fonte do imposto de renda – IR, de acordo com a Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal e suas alterações.

As notas fiscais devem ser emitidas de acordo com as regras de retenção especificadas na



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal, sob pena de não serem aceitas pelo contratante.

11.3. FORMA DE PAGAMENTO

11.3.3. Liquidação

11.3.4. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.

11.3.5. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3.6. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato
- e) o valor a pagar;
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.3.7. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

11.3.8. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4. A Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

11.5. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou,



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

11.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

11.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

PRAZO DE PAGAMENTO

11.9. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

11.10. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

12.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **PREGÃO ELETRÔNICO NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, NO MODO DE DISPUTA ABERTA, CRITÉRIO DE JULGAMENTO PELO MENOR PREÇO POR ITEM.**

12.2. A participação no presente Pregão Eletrônico ocorrerá por meio do Sistema de Eletrônico, ferramenta informatizada integrante no site <https://licitanet.com.br/> -

12.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da Licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021

12.4. Será concedido MARGEM DE PREFERENCIA, para as EMPRESAS LOCAIS/REGIONAIS microempresas e empresas de pequeno porte (“ex VI” Lei Municipal nº 43/2024, art. 7º atualizada pelo decreto Municipal nº 281/2025), em conformidade a Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

12.5. FASE DE LANCES

12.5.1. A partir da data e horário estabelecidos no Aviso de Edital, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

12.5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

12.5.3. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do ITEM.**

12.5.4. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

12.5. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema,



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins do Aviso do Pregão Eletrônico.

12.6. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de *R\$ 0,1 (ZERO VÍRGULA UM CENTAVO)*.

12.7. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

12.8. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

12.9. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

12.10. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

12.11. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

12.12. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

12.12.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

12.12.2. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

12.12.3. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

12.12.4. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento do pregão eletrônico, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

12.12.5. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

12.12.6. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros: SICAF; Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sanções/ceis>); e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sanções/cnep>).

12.12.7. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

12.12.8. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedora existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (INº3/2018, art.29,caput)

12.12.9. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (INº3/2018, art.29,§1º).

12.12.10. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (INº3/2018, art. 29,§2º).

12.12.11. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação

12.12.12. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no Aviso de Edital e em seus anexos.

12.13. Será desclassificada a proposta vencedora que:

12.13.1. Contiver vícios insanáveis;

12.13.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no aviso ou em seus anexos;

12.13.3. apresentar preços inexequíveis.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

12.13.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do aviso ou seus anexos, desde que

insanável.

12.13.5. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executara contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

12.13.5.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos ,ainda que o ato convocatório do pregão não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

12.13.6. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

12.13.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

12.13.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

12.13.9. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

12.13.10. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

12.13.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

12.13.12. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

12.13.13. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

12.13.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação.

12.13.15. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos.

12.14. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

12.14.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica da Licitante, emitido por entidade da Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, e/ou empresa privada que comprove, de maneira satisfatória aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação.

12.14.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

12.14.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

12.15. Os critérios de habilitação jurídica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

12.15.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.15.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.15.3. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, relativos aos Tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito da procuradoria da Fazenda Nacional (Certidão Unificada, conforme portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF nº 443, de 17 de outubro de 2014), assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

12.15.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada, assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Prova de



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS: Certidão de Regularidade de Situação - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

12.15.5. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

12.15.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.” (NR)

12.15.7. O licitante deverá apresentar Certificado ou Alvará de Funcionamento da Vigilância Sanitária.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O Município reserva-se o direito de notificar a empresa contratada a respeito do fornecimento, mesmo que por algum motivo tenha sido adjudicado equivocadamente, se esse não estiver de acordo com as especificações técnicas deste Termo de Referência.

13.2. A licitante fica obrigada o fornecimento objeto deste Termo de Referência de acordo com as especificações solicitadas, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização da CONTRATANTE e/ou ORGÃO LICITANTE;

Pedrinhas/SE, 15 de maio de 2026.

LAURA TEREZA DE SOUZA
Secretária Municipal de Planejamento e Governo